Fernando Henrique diz que equipe econômica tem prazo até o dia 20 para apresentar ajuste e promete criar órgão ou ministério para estimular a produção nacional. Presidente reeleito também quer ver Congresso aprovando as reformas, que considera essenciais para o desenvolvimento do País, como a da Previdência, que ainda será modificada pelo governo

Medidas serão discutidas com o Congresso

Esta é a íntegra do pronunciamento feito ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso:

Hoje, é a primeira vez que, depois das eleições, tenho a oportunidade de, através dos meios de comunicação, falar com o Brasil, falar com os brasileiros e as brasileiras.

Eu queria ressaltar a importância das eleições na consolidação da democracia brasileira. Nosso País hoje é um país que enfrenta eleições com muita tranqüilidade. Elas dão ao poder democrático a legitimidade necessária. De tempos em tempos, milhões de brasileiros vão às urnas e, normalmente, são dias de muita tranqüilidade no País, de muita – até diria – alegria, com disputa, naturalmente. Mas tudo isso feito com espírito cívico. E mais uma vez, os brasileiros e as brasileiras se manifestaram e demonstraram a sua vontade inequívoca — depois de uma campanha onde os principais candidatos expuseram, minuciosamente, seus programas — o que pensam, como pretendem governar.

E no meu caso, como presidente, reafirmei o tempo todo o que vou fazer. Disse o que gostaria de ter feito e não fiz, o que conseguimos fazer, o que não conseguimos ainda e o que precisamos fazer. Debati o tempo todo. Debate democrático não precisa ser feito de maneira impositiva, por regras burocráticas, em que um fala dois segundos, outro três. É o debate aberto, no País todo, que foi o que nós travamos.

Tive o cuidado, ainda antes do dia das eleições, de alertar o Brasil, numa conferência que fiz, no Itamaraty, para as dificuldades que a economia internacional apresenta e que o País terá que enfrentar. Não quis nem me omitir, nem deixar de dizer o que pensava sobre essas matérias. Assim como todos os demais candidatos disseram o que pensam sobre essas matérias.

O povo escolheu. Hoje, tenho, em primeiro lugar, depois das eleições, de transmitir ao País meu estado de espírito, que é de emoção. É de emoção porque, depois de estar governando há quase 4 anos, recebo, de novo pelas urnas, o apoio do país, que me dá um novo mandato.

Apurados noventa e poucos por cento dos votos, mantive, o tempo todo, a maioria absoluta. Pela segunda vez, consegui convencer o povo de que havia um caminho, um rumo para o Brasil. Eu acho que esse resultado – que na verdade me emociona – me deixa mais ciente das responsabilidades enormes que tenho para com este povo. É minha determinação fazer o que terá que ser feito, para que o Brasil continue no seu rumo.

Esse resultado também me leva a uma reflexão de humildade. A responsabilidade é muito grande. E uma tarefa como a que nós estamos enfrentando no Brasil, não é tarefa para ser cumprida por alguém que se pense iluminado ou que pense que só ele é dono da verdade. Pelo contrário. Acho que, mais do que nunca, neste momento, é preciso que haja um sentimento, em todo o País, de diálogo e de solidariedade. Solidariedade para com a Nação, para com objetivos que não são meus, não são pessoais, mas que são de todos aqueles que têm um sentimento da história e um sentimento de responsabilidade para com os seus semelhantes.

Reafirmo, portanto, o que disse durante a campanha, estou aberto ao diálogo. Mais do que isso, acho que o Brasil precisa, hoje, não só de ter uma oposição, mas de ter uma oposição que discuta, uma oposição que aceite o resultado das urnas, que respeite o povo, que respeite as opiniões, assim como aqueles que têm a maioria são obrigados, também, a respeitar o ponto de vista dos que não a tem.

O diálogo, hoje, é um imperativo nacional e, eu diria, internacional. Se é verdade que me sinto emocionado, por me dirigir ao País neste momento, depois de ter vencido nas eleições, e agradecer aos partidos que me apoiaram, aos milhões de brasileiros que não têm partido e que votaram por mim, também tenho o dever de dizer que, ao contrário do que alguns podem imaginar, nós estamos enfrentando, no Brasil e fora do Brasil, uma situação que, se tivermos a capacidade de manter o rumo, a capacidade de nos entendermos aqui dentro, de discutirmos com franqueza e com seriedade os nossos problemas, de fazer o que tem que ser feito aqui dentro, o Brasil sairá mais forte.

Olhando o que se passa hoje em dia, percebem-se os esforços internacionais imensos que estão sendo feitos para evitar que haja uma crise mundial – repito apenas as palavras do presidente Clinton, com quem, aliás, há pouco mais de meia hora ou quarenta minutos, acabei de ter uma longa conversa, em que ele me felicitou pela minha vitória aqui, e eu externei a ele o sentimento de que o caminho é o caminho de uma reorganização do sistema mundial. É preciso que haja efetivamente, solidariedade entre os países. Mas olhando para tudo isso, vê-se que alguns países estão respondendo aos desafios da história de uma maneira competente. A China está lutando para manter seu rumo e, ao manter seu rumo, permitir que haja uma continuidade dos fluxos de comércio e de desenvolvimento.

"Faremos novas medidas para aperfeiçoar a reforma previdenciária", depois de aprovada pelo Congresso

O presidente dos Estados Unidos e os presidentes do G-7 da mesma maneira, têm manifestado esse sentimento nessa direção. Praticamente todos os presidentes da América Latina, ou pelo menos, da América do Sul, conversaram comigo nesses dias, e pensam na mesma direção. O rei da Espanha, o presidente de Portugal, o presidente da França, os responsáveis, enfim, pelos destinos do mundo. Ao perceber isso e ao perceber que todos sentem que o Brasil também fará o que for necessário para manter um caminho de transparência, de prosperidade. Eu sinto que o País, como eu disse na campanha, escolheu um destino histórico. E nosso destino é o de continuar crescendo, é o de atender as necessidades do nosso povo é o de manter a nossa capacidade de governar de acordo com o que interessa ao nosso País e é também – e só assim os povos são grandes de fazer os sacrifícios que forem necessários, sob a condição de que elas não recaíam sobre os que mais necessitam e sob a condição de que se explicite o porquê dessas medidas que, provavelmente, venham a ser necessárias.

Não estou antecipando nenhuma medida , porque não é o caso. Não existe nada de pacotes, como a toda hora vejo dito a serem anunciados por mim ou por quem quer que seja.

Nós vamos preservar o Real. Nós vamos conservar a estabilidade e vamos fazer isso para que possamos ter o crescimento sustentado estável para gerar mais empregos e para continuar no caminho do social, que não se dissocia da nossa capacidade de mantermos uma confiança em nós próprios e despertar confiança nos investidores locais e internacionais.

Mas é preciso também lhes dizer que, se nós temos tarefas que são fundamentais e que permitem ao Brasil seguir o seu rumo, algumas delas são de longo prazo e outros são de prazo mais curto. As de longo prazo são as mesmas pelas quais me bati nos últimos anos desde que fui eleito em 1994, desde que o ministro da Fazenda, em que era nítido que o Brasil tinha que se transformar estruturalmente. A reforma da Previdência, a reforma da administração, a reforma dos impostos, as reformas políticas não são palavras usadas a esmo. São condições necessárias para a prosperidade do nosso povo.

As reformas da Previdência, Administração, impostos e Política são condições para a prosperidade

Portanto, nesse segundo mandato, que vai se iniciar em janeiro, continuarei com mais empenho – e os que trabalham perto de mim sabem que nunca perdi esse empenho nos anos que passaram – mas com mais empenho, para que o Congresso dê os passos necessários para complementar essas reformas que são essenciais. Os resultados delas não surgem do dia para a noite. São resultados, também, de longo prazo.

Houve uma mudança na situação do mundo. E as formas mais abundantes de financiamento, pelos abalos sofridos, primeiro, na Ásia, depois, na Rússia, como todo mundo está vendo, e que, hoje, afeta os países centrais também, levaram a haver uma restrição de créditos. Diante dessa situação, seria irresponsável o governante que não tomasse as decisões necessárias, para ajustar a economia do País à nova realidade e para seguir o País no curso, que é o curso desejado por todos.

Nesse sentido não só as reformas, reafirmo, são essenciais. Vou me bater por elas e espero que o Congresso as aprove: as que ainda estão pendentes, que são a reforma da Previdência na sua última etapa, e, depois faremos novas medidas, para aperfeiçoar a reforma previdenciária. Mas que também, o Congresso aprove as leis complementares, a reforma administrativa, sobretudo para que os Estados possam se ajustar. E que o Congresso possa aprovar a nova reforma tributária, porque o Brasil cansou de ter impostos em cascata e injustos, e que alguns não pagam – muitos, aliás, os que devem pagar – enquanto que outros pagam demasiado. É preciso corrigir esses desvios do nosso sistema tributário.

E é preciso, também, enfrentar a reforma política, porque nós precisamos de um país, sendo democrático como é, sendo aberto como é, tendo uma cidadania ativa como tem, precisamos de um País que tenha partidos também mais consistentes. E não haverá partidos mais consistentes sem que se coloquem em marcha mecanismos que levem à coesão partidária, à fidelidade partidária. E, por aí nessa senda das reformas políticas, eu espero que o Senado da República, que já está debatendo o assunto, possa avançar ainda este ano nesta direção.

Há portanto mudanças estruturais inadiáveis. E como presidente da República com o respaldo da imensa maioria do eleitorado, lutarei até o fim para consegui-las. E peço à sociedade que apoie, que continue firme na batalha porque essas reformas são necessárias para a tranqüilidade do nosso país.

Mas é preciso, também responder às questões mais imediatas porque as crises – como a crise que ocorre hoje no mundo que é uma grande crise de liquidez o que significa menos recursos a serem emprestados – requerem mais velocidade.

"Pedi à área econômica que, até o dia 20 de outubro, nos apresente um programa de ajuste fiscal"

O ponto de partida natural para isso é uma mudança no regime fiscal lancei, no dia 23 de setembro, antes, portanto, da eleição, um grande desafio, que era o desafio do equilíbrio fiscal. Esse desafio não é um desafio ideológico. É algo fundamental para o nosso futuro, pelas razões que mencionei naquele discurso e que volto a enfatizar. Eu estou determinado a fazer isso, pessoalmente, da forma mais rápida possível. Enfrentando, de uma só vez, opções e sacrifícios necessários, para que nós possamos voltar a crescer nos níveis também necessários e adequados, o mais cedo possível.

Não se trata de esperar que as reformas estruturais surtam efeito. É preciso haver medidas que o país sinta que nós estamos, realmente, saindo das dificuldades para que possamos fazer aquilo que todo brasileiro deseja que é baixar as taxas de juros, aumentar a produção, dar mais emprego, voltar o País, portanto, a ter um horizonte de crescimento.

Determinei, quando falei no Itamaraty, que se antecipassem essas medidas. Agora, pedi à área econômica que, até o dia 20 de outubro, nos apresente um programa de ajuste fiscal, para os próximos anos, 1999, 2000, 2001. Mas, repito, não estou disposto a esperar que o tempo passe e que nós continuemos, intermitentemente, pedindo sacrifícios fiscais. É preciso que, no ano que vem, nós tenhamos o regime fiscal brasileiro ajustado à nova realidade, de tal maneira que os gastos do governo não pressionem o sistema financeiro para que possamos baixar as taxas de juros e para que possamos, portanto, voltar a um crescimento sustentado.

Nós precisamos ter resultados positivos, ao longo desse próximo ano, e temos que fazer com que a nossa dívida pública pare de crescer, quando comparada ao Produto Interno Bruto. Isto é essencial, porque essa é a chave para nós podermos baixar a taxa de juros. Enquanto não tivermos a capacidade de fazer com que a dívida pare de se expandir, não teremos a força necessária para manter baixas as taxas de juros. E isso, repito, precisamos fazer. E faremos o possível e o impossível para obtê-la.

Nós precisamos para isso, buscar introduzir no próprio Orçamento um princípio de equilíbrio fiscal por intermédio de uma lei complementar de finanças públicas que tenha assim como as bolsas têm o "circuit break", uma espécie de freio que permita parar o desmando financeiro, quando começa a haver desequilíbrio. É essencial que se faça isso. Isso não vai beneficiar um presidente, um partido. Isso vai beneficiar o país que tem que se libertar dessa permanente busca de crédito para a própria conta pública para que ele possa ter, sim crédito para a produção.

Nós devemos portanto, não apenas fazer isso, mas continuar avançando nas reformas do Estado. Vamos avançar de maneira determinada. Não se trata somente – e isso é necessário – de reduzir o tamanho do Estado, mas de tornar o Estado mais capaz de prestar serviços adequados à sociedade. É preciso portanto, que se preste atenção à gestão da coisa pública, de tal maneira que ela vise à qualidade e não ao desperdício. Esse ajuste tem que recair, principalmente sobre a ineficiência da máquina, sobre excessos de pessoal – quando existirem – sobre privilégios – ainda existem e que não são aceitáveis em um país que tem as dificuldades que o Brasil tem – e não sobre o conjunto da sociedade.

É preciso se estabelecer um programa, portanto, que, por dever de justiça faça com que o peso do ajuste recaía sobre aqueles que são responsáveis também por essas deformações ainda existentes no nosso sistema. Não bastam as reformas estruturais porque algumas delas como eu disse têm custo até adicional inicial elevado para que possam surtir efeitos. Nós precisamos de imediatas mais decididas nesta área fiscal.

Também quero enfatizar que nós vamos fazê-las, tomá-las, eliminando brechas à sonegação, aumentando o número dos que pagam impostos e todo o tempo com transparência, com negociação, prestando atenção para que não recaia mais uma vez, sobre os assalariados o peso do ajuste. O ajuste tem que recair principais, sobre o próprio sistema público, na medida em que ele é que está gerando esse desequilíbrio e sobre aqueles que não estão dedicados a atividades diretamente produtivas e que são responsáveis, muitas vezes por brechas, ou melhor, pela utilização de brechas no sistema tributário. É possível fazer isso. E nós faremos isso, com transparência e com negociação.

Tenho ouvido preocupações muitas vezes de governadores, de políticos a respeito da situação dos Estados. E eles têm razão de estar preocupados. O governo não está pensando em fazer recair sobre quem não tem mais de onde tirar recursos. Esta pensando sim em dar aos governadores as condições que a reforma administrativa já propicia. Mas nos precisamos de leis complementares para que eles se ajustem porque senão não terão como avançar. Não são recursos para transferir para o Tesouro Nacional. São recursos para equilibrar as próprias contas dos Estados e naturalmente dentro da autonomia dos governadores. Mas casa m vai assumir a sua responsabilidade de fazer o ajuste na sua área. E terá de fazer sob pena de ser visto pela sociedade como quem não teve a energia a firmeza e eu até diria mesmo a capacidade de ser leal para com o povo que espera dos governos uma atitude de mais prudência e austeridade.

Por isso estendi o desafio do ajuste quando falei no Itamaraty, aos governadores e aos prefeitos. Porque eles são partes desse processo e a sua autonomia implica também responsabilidade. E nós vamos dar – espero que o Congresso aprove – as leis que permitam aos governadores fazer esse ajuste e sobretudo que os contratos firmados com o Tesouro Nacional sejam honrados. Acabou a época no Brasil de se fazer um acordo para não se cumprir. Os contratos feitos com o Tesouro Nacional serão honrados pelos governadores porque isso faz parte da ética democrática e da imperiosa necessidade do reajuste brasileira.

Certamente para que nós possamos voltar a ter condições de crescimento não vai bastar o esforço que faremos de reajuste. Nós precisamos também prestar atenção ao fato de que os mercados dada a volubilidade dos capitais especulativos e dado o clima que muitas vezes se gera de desconfiança sem base consideram em bloco os países emergentes. E agora, até quem sabe para chamar a atenção dos países já industrializados, nem apenas os emergentes mas também os industrializados. O Japão é um caso, mas há outros, percebem que essa volatilidade de capitais pode afetá-los e afetá-los duramente.

Tenho autoridade moral e política para dizer isso porque, desde que assumiu o meu primeiro mandato, todos os anos, não apenas nas reuniões do G-7, mas em ocasiões públicas como no Chile, como no México, na Conferência do Colégio do México, como em conversas privadas com os líderes do G-7, como em cartas a eles enviadas, chamei a atenção para o fato de que, depois de Bretton Woods — e eu repito, Bretton Woods foi feito quando ainda não havia nem sequer computador, não existia computador — não houve mudança significativa no sistema mundial.

"Haverá um novo Bretton Woods. Isso é necessário, é importante. E nós precisamos estar preparados para isso"

O Brasil na penúltima conferência, em Hong Cong, do Fundo Monetário Internacional, através do ministro Pedro Malan, manifestou a preocupação com a extrema liberalização que estava sendo posta em marcha. Não obstante naquele momento, a comunidade internacional não antevia as dificuldades que poderiam surgir desses procedimentos.

Hoje tenho recebido cartas — ou tenho lido declarações — dos principais líderes dos países industrializados no sentido de que nós vamos precisar criar um novo Bretton Woods. E nessa matéria creio que os líderes mundiais estão suficientemente alertas e sabem que isso será necessário.

Tenho, portanto, razões para repetir que uma parte da responsabilidade do que está ocorrendo hoje no mundo deriva da falta de iniciativas mais consistentes na formação de mecanismos que permitam lidar com esses fenômenos novos do mundo globalizado.

A nossa situação hoje não é particular. É uma situação que realmente, a despeito de uma outra observação de campanha, não é local, é internacional. A crise que deriva desse processo é internacional. Temos diferenças aqui. Nós não temos uma economia com ativos sobrevalorizados, como outros países que estão em crise têm. Nós não temos uma economia que tenha que enfrentar um problema de super-endividamento das suas empresas. As nossas empresas financeiras não estão em situação de fragilidade. Nós fizemos investimentos em infra-estrutura. Nós eu digo, não é o governo, o conjunto do País — na indústria, na agricultura, nos serviços. A nossa economia hoje é mais eficiente, é mais competitiva.

E então nós estamos dispostos a entrar em negociações com o G-7, com o Banco Mundial, com Fundo Monetário, com o Banco Interamericano. E o ministro Malan, com quem também falei há pouco, tem autoridade, de minha parte, para conversar e começar a discutir, desde que nós possamos, efetivamente, por decisão nossa, fazer os ajustes necessários e desde que, naturalmente, possamos mostrar que somos um País que tem condições de crescimento. Nós achamos que podemos sair mais fortes dessa crise, se levarmos adiante aquilo que é necessário. Pelas razões que mencionei porque, aqui, não desperdiçamos os recursos em obras faraônicas. Nós não fizemos supervalorização de ativos. Nós saneamos o nosso sistema financeiro e temos uma indústria e um serviço, e uma agricultura mais competitiva.

Um "circuit break", como o usado pelas bolsas como freio, poderá ser usado para evitar os desequilíbrios fiscais

Acho, portanto, que estamos, de fato — e reitero o que disse — diante de uma imensa oportunidade histórica à condição de nós todos brasileiros, entendermos que temos que ter a decisão de fazer o necessário. Não é só o presidente. Eu tenho, mas espero que o País inteiro tenha. Não apenas o Congresso, mas a sociedade também, que apoie nisso.

Eu acho que se fizermos isso se pudermos, como estamos fazendo, trazer mais ativos, que o Brasil tem para — simbolicamente falando — à mesa de negociações, nós podemos obter recursos externos e financiamento num montante suficiente para mostrar ao mundo que o Brasil vai seguir seu curso.

Nós faremos isso. Nós vamos nos articular, interna e externamente, para demonstrar não só a nossa capacidade e a vontade política, já manifestada nas urnas, mas a nossa capacidade também, de não apenas fazermos um ajuste necessário, mas de seguirmos adiante numa política firme, de desenvolvimento e de crescimento.

E, também eu devo dizer que não se pode, num país como o nosso, tomar decisões como estamos tomando — e é do nosso estilo, com toda a franqueza — sem dizer — e eu repito aqui - que, se nós vamos, soberanamente, dar uma contribuição ao mundo para o mundo sair dessa crise, se nós vamos fazer a nossa parte, esperamos que o mundo também, ou aquele, no mundo que podem, cumpram os seus papéis e façam a sua parte. Nós não podemos deixar de ter presente que fazemos isso para poder gerar mais riquezas, para poder baixar as taxas de juros para poder gerar mais empregos, para poder levar adiante a transformação econômica do Brasil.

Nesse sentido, eu vou criar oportunamente um órgão ou um ministério ou transformar um ministério efetivamente num órgão que coordene a produção nacional e que tenha condições para discutir as formas de financiamento necessárias para que o Brasil possa continuar investindo e crescendo. Nós não podemos, só porque há uma crise, deixar de ver que há problemas reais que nos dão oportunidade de avançar mais. E, no mesmo momento da crise, ao mesmo tempo nós temos que estar sustentando programas de coordenação do nosso setor industrial, do nosso setor de serviços, do nosso setor agrícola, para que eles possam seguir adiante em um processo não só de modernização, mas de continuidade de investimento.

"Vou criar, oportunamente, um órgão ou um ministério (...) que coordene a produção nacional"

Não há — repito —, para mim. separação entre estabilidade e crescimento. Estabilidade é condição de crescimento. Estabilidade somente para ter estabilidade, não resolve o problema de um país que é forte como o Brasil que tem essa oportunidade histórica de avançar mais, neste momento que se modernizou, que tem tecnologia, competência, que tem capitais. É preciso que o governo, portanto, atue muito ativamente nisso. E nós dispomos dos instrumentos. O BNDES é instrumento para isso. Nós dispomos de instrumentos. O Banco do Brasil é instrumento para isso, mormente na parte agrícola. Nós precisamos ter uma coordenação maior e uma coordenação mais efetiva com aqueles que tomam decisão de produção no Brasil.

Devo dizer também que, embora o Brasil mantenha — e manterá — uma economia aberta e embora o Brasil acredita que é preciso ampliar os fluxos de comércio, nós acreditamos também que temos um mercado interno poderoso e que temos formas de financiamento interno amplas. E temos que nos preparar para uma estratégia de política econômica que faça com que o Brasil dependa menos de capitais externos e mais de financiamento interno, até porque os capitais externos vão escassear e nós temos que ter condições de manter a nossa atividade e de expandi-la. E é por isso que estou pensando fortemente na necessidade de termos uma coordenação mais ativa do setor produtivo nacional.

Não posso esquecer também de que não fui eleito apenas para resolver na crise que é passageira, que não fui eleito apenas para dizer que vou coordenar e incentivar a produção. Eu fui eleito por milhões de votos de pessoas, muitas das quais lutam para manter o emprego, outras que não têm condições de renda suficiente para viver mais decentemente. E é pensando nelas que insisto na estabilidade, porque sem a estabilidade com a volta da inflação essas seriam arrasadas pelos desmazelos da economia. E pensando nelas eu reafirmo aqui: vou cumprir o que disse no meu programa eleitoral.

Vamos sim prestar atenção muito forte à questão do emprego. É claro que é preciso que haja — e já existe — um diálogo mais ativo e uma negociação entre trabalhadores, empresários e o governo para a preservação do emprego. É claro que existem já mecanismos de negociar entre os sindicatos e o empregado. Mas é preciso ampliar nosso esforço na melhora da qualificação dos trabalhadores, no ensino médio e profissional. Nós temos que aprimorar a nossa legislação trabalhista. E nós temos sobretudo que prestar atenção aos setores que são grandes geradores de emprego.

Aqui eu me refiro ao aperfeiçoamento e à consolidação, não apenas da reforma agrária, mas da economia agrária dos grandes produtores, mas também da economia agrária da família produtora. É indispensável — e nós mantemos e manteremos essa linha — assim como é essencial levar adiante — e nós dispomos dos recursos — um forte programa de construção civil manter o programa de turismo e da pequena e média empresa.

Não foram palavras de propaganda eleitoral. Foram palavras de compreensão das necessidades do Brasil e também de compreensão das possibilidades que o Brasil tem.

E nós precisamos levar adiante os programas que mencionei na primeira experiência de trabalho para os nossos jovens. Nós precisamos dar apoio aos chefes de família que encontram as maiores dificuldades na obtenção de emprego, através do nosso programa de seguro-desemprego. Estamos discutindo, e vamos fazer programas que possam apoiar melhor essa imensa possibilidade que existe de atender aqueles que perdem emprego.

Mas, uma coisa é perder emprego e outra coisa é a dívida social para com aqueles que nunca tiveram um emprego estável. Os brasileiros talvez não saibam mas não apenas é necessário e o governo faz dar atenção a economia familiar, à agricultura, à reforma agrária, e tudo o mais, mas é preciso, também entender que nós temos uma dívida social muito grande que apenas começou a ser paga.

O governo dispõe de mecanismos de programas e de recursos que chegam a R$16 bilhões e que são programas de renda mínima. O principal deles é o seguro rural. É o pagamento que se faz à aposentadoria rural. As pessoas não contribuem e recebem um salário. O outro é a LOAS, que atende as pessoas idosas ou que são portadoras de deficiências físicas. O outro é para tirar criança do trabalho forçado, o Bolsa Brasil Criança Cidadã.

Esses programas têm que ser preservados e ampliados. E mais do que isso é preciso também — e volto ao tema — que se mantenha a estabilidade. Senão, essas são as primeiras vítimas das políticas que não prestam atenção à estabilidade. São as primeiras vítimas porque, com a volta da inflação — que não voltará — elas perderiam o pouco que já conquistaram.

Não vou me descuidar portanto desses programas de renda mínima e de uma atenção toda especial aos mais pobres. Não é possível fazer se um programa de ajuste como nós vamos fazer, que não tome em consideração, por um lado, como eu disse aqui, a produção e, por outro lado a imensa quantidade de brasileiros, que não têm condições de serem vitimados por aquilo pelo qual não são responsáveis que são os desatinos de um sistema financeiro internacional que se montou sob a forma de um quase cassino.

Então um presidente responsável que recebeu a confiança do povo tem que ser também ele solidário para com esse povo. Não há, portanto a menor sombra de dúvida de que nós vamos seguir adiante com esses programas de cunho social.

Os que laboram em erro, pensando que agora é a hora do mercado, e que isso significa dizer "não é mais a hora do social", vão ficar falando sozinhos, porque as coisas se Fundem. Agora, é a hora de dar condições para a economia continuar crescendo e atuar par que o mercado vá nessa direção. Agora, é a hora de continuar dando às populações mais necessitadas do país a solidariedade necessária e, basicamente, emprego e basicamente, renda para que elas possam continuar avançando.

Não haverá portanto, que descuidar nem da educação nem da saúde, nem da reforma agrária que são programas permanentes. Os ajustes serão feitos. Eventualmente, aqui e ali, haverá cortes. Nesses programas também, mas não no essencial, não naquilo que se caracteriza como qualquer coisa que tenha significado efetivo para o resgate da dívida social.

Perguntar-se-á mas, então, como? Há desperdício, há gente demais, há possibilidade de uma atuação mais firme, na racionalização dos serviços públicos. É necessário, por duro que seja, ver qual é a opção. Ou se recai, mas uma vez sobre o conjunto da sociedade e, sobretudo, dos mais pobres, ou se cobra de quem tem privilégio. Se tiver privilégio no ser iço público, há de continuar sendo cobrado esse privilégio, e devolvido sob a forma que seja, para o Tesouro. Se houver privilégios na utilização de mecanismos de evasão fiscal terão que ser duramente coibidos.

Creio que o Brasil todo sabe que o governo vai fazer o que disse que faria. Isso não significa — e repito, mais uma vez — que, do dia para noite, as pessoas acordem e levem um susto. Isso significa que, com esse programa, que vai ser apresentado até o dia 20 o Brasil todo vai discuti-lo. O Congresso vai discutí-lo. É um programa brasileiro. Esse programa vai ser mostrado aos financiadores internacionais com toda sinceridade. Nós nunca deixamos de mostrar dado algum e não acreditamos em trapaças.

Faremos o que estamos prometendo que vamos fazer. Faremos porque isso é necessário. Faremos porque eu teria traído a votação que recebi se não continuasse mantendo uma linha de austeridade, para preservar o valor do Real. Mas não faremos isso de modo a que as pessoas levem um susto e se desorganizem do dia para a noite. Não faremos isso de modo que aqueles que têm responsabilidade de produção, de repente percam seu horizonte de continuar investindo.

É fácil? Não, é muito difícil. Mas eis aí o desafio. E esse desafio, quando é respondido por um povo — e um povo que votou em um presidente que disse que ia fazer um aperto fiscal é povo que tem condições morais, tem energia para enfrentar as dificuldades, quando esse desafio tem o respaldo de um povo como é o povo brasileiro, esse desafio apenas nos motiva para continuarmos confiantes no Brasil. Confiantes em que nós vamos crescer mais. Confiantes em que nós vamos ter, realmente, uma economia mais próspera. E lhes digo — e não com qualquer motivação pessoal — se nós fizermos o que estamos fazendo e o fizermos com energia, sairemos dessa crise mais fortes.

Quantas vezes me perguntaram se o Brasil ia ou não para o Conselho de Segurança da ONU? Quantas vezes eu disse que estava mais interessado em ter vez e voz para o Brasil na área do comércio mundial, da economia mundial, do que em um órgão de controle político-militar? Pois bem, se nós formos capazes de solidariamente, como brasileiros, entendermos o momento e atuarmos, o Brasil sai dessa crise, necessariamente participando da mesa de negociações da nova ordem mundial, porque ela se impõe. Ela virá. Ela virá. Haverá um novo Bretton Woods. Isso é necessário, é importante. E nós precisamos estar preparados para isso não apenas para resolvermos a nossa crise passageira, que nós temos condições de enfrentar mas para que não tenhamos no futuro outra vez que nos defrontar com condições adversas.

Creio, portanto, que, se, por um lado, como comecei dizendo, agradeço — e agradeço emocionado — o voto, o apoio recebido do povo brasileiro, por outro lado, sei do tamanho do desafio, mas me sinto com a energia que esse povo tem para enfrentá-lo.

E quero deixar uma palavra mais do que de esperança, de certeza de que um país com essas características, que é um grande país, será capaz de assumir seu destino histórico.

Muito obrigado.